

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco

Gilmar Beserra de FARIAS¹

Resumo

O objetivo deste estudo foi o de investigar a trajetória da disciplina *História Natural/Biologia* na Escola Normal Oficial de Pernambuco, analisando a sua presença, denominação e os seus ramos do conhecimento, de 1864 até 2022. Por meio de pesquisa documental e historiográfica, foram conjuntamente analisados programas de ensino da Escola Normal, leis, atas, relatórios governamentais, revistas e notícias em jornais de grande circulação. A *História Natural* foi introduzida no currículo da Escola Normal em 1875. A *Biologia* iniciou a sua abreviação na década de 1970, quando foram incorporados conteúdos de Física e Química em uma disciplina chamada *Ciências Físicas e Biológicas*. Em 2022, por conta do seu estabelecimento como um componente curricular da Formação Geral Básica, a *Biologia* sofreu uma simplificação nos seus conteúdos a partir da implementação do Novo Ensino Médio em Pernambuco.

Palavras-chave: História da Educação. Escola Normal. Formação de professores.

¹ Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Centro Acadêmico de Vitória (CAV).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9620-9586>
E-mail: gilmar.farias@ufpe.br

The trajectory of the Natural History/Biology subject at the Official Normal School in Pernambuco

Gilmar Beserra de FARIAS

Abstract

The aim of this study was to investigate the trajectory of the *Natural History/Biology* subject at the Official Normal School of Pernambuco, analysing its presence, denomination and branches of knowledge from 1864 to 2022. Through documentary and historiographical research, the teaching programmes of the Normal School were analysed together with laws, minutes, government reports, magazines and news items in mass-circulation newspapers. *Natural History* was introduced into the Normal School curriculum in 1875. *Biology* began its abbreviation in the Normal School curriculum in the 1970s, when Physics and Chemistry content was incorporated into a subject called *Physical and Biological Sciences*. In 2022, due to its establishment as a curricular component of General Basic Education, *Biology* content has been simplified since the implementation of the New High School in Pernambuco.

Keywords: Education History. Normal School. Teacher formation.

La trayectoria de la asignatura Historia Natural/Biología en la Escuela Normal Oficial de Pernambuco

Gilmar Beserra de FARIAS

Resumen

El objetivo de este estudio fue la investigación relativa a la trayectoria de la asignatura *Historia Natural/Biología* en la Escuela Normal Oficial de Pernambuco, bajo un análisis respectivo a su pertinencia, denominación y sus ramas del conocimiento entre 1864 y 2022. Por medio de una búsqueda documental e historiográfica fueron conjuntamente analizados los programas de aprendizaje pertenecientes a la Escuela Normal Oficial de Pernambuco, además de leyes, actas, informes gubernamentales, revistas y noticias en periódicos de difusión amplia. La *Historia Natural* fue introducida en el currículo de la Escuela Normal en 1875. La *Biología* empezó a reducirse en la década de 1970, cuando fueron incorporados los contenidos de Física y de Química en una asignatura llamada *Ciencias Físicas y Biológicas*. En 2022, debido a su establecimiento como componente curricular de la Formación General Básica, la *Biología* tuvo una simplificación en sus contenidos con la implementación de la Nueva Enseñanza Media en Pernambuco.

Palabras clave: Historia de la Educación. Escuela Normal. Formación del profesorado.

Introdução

A Escola Normal teve sua origem na França e se destinava a formar professores para o ensino primário (FUSARI; CORTESE, 1989). No Brasil, a primeira Escola Normal foi fundada em Niterói, no Rio de Janeiro, em 1835, e estava diretamente relacionada à regularização do ensino elementar e ao estabelecimento do professor primário (STAMATTO, 2020). Nessa época, em Pernambuco, já havia uma inquietação sobre a formação de professores para atender a instrução pública.

Em 1836, a Lei Provincial n.º 14 autorizou a contratação de um hábil professor no método do ensino mútuo² para estabelecer no Recife uma Escola Normal, local onde seriam formados todos os interessados no exercício do magistério³. Em 1839, o presidente da província sugeriu a possibilidade de encaminhar para a Inglaterra dois moços hábeis e de boa conduta com o objetivo de se instruírem no método e prática do ensino mútuo⁴.

Em 1855, a Lei n.º 369 organizou a instrução pública da província e estabeleceu algumas condições para o exercício do magistério, como comprovar a maioria legal, a moralidade e a capacidade profissional⁵. Para a última condição, seria realizado um exame oral e escrito versando sobre as matérias escolares e o método de ensino. Nesse processo, os professores seriam selecionados para a instrução pública, mas sem nenhuma formação específica. Um curso de preparação docente só seria estabelecido no estado quase uma década depois.

A Escola Normal Oficial de Pernambuco foi fundada em 1864 e se destinava a formar professores para o ensino público primário⁶. No início da sua instalação, funcionava no prédio da Alfândega, no bairro do Recife⁷. Em 1893, passou a funcionar no mesmo prédio do Ginásio Pernambucano, escola secundária estabelecida em 1855. Em 1920, foi construído um novo edifício para abrigar a escola, na Praça Adolfo Cirne, em frente a Faculdade de Direito do Recife. Em setembro de 1946, a Escola Normal Oficial passou a ser denominada de Instituto de Educação de Pernambuco (IEP)⁸. Em 1962, o IEP foi transformado em um complexo educacional e transferido

² O Método de Ensino Mútuo foi criado pelo inglês Joseph Lancaster no final do século XVIII. Obedecendo a uma hierarquia, o professor ensinava as lições aos monitores, que eram alunos mais adiantados no conteúdo pedagógico, e que se dividiam em grupos para ensinar aos demais o que haviam aprendido (BASTOS, 1997).

³ FBN: Leis Provinciais. 1836. N.º 14. *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1836, p. 1.

⁴ CRL: Relatório que a Assembleia Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinária de 1939 o Exm.º Presidente da mesma Província Francisco do Rêgo Barros. Pernambuco: Typographia de Santos & C.^a, 1839, p. 6.

⁵ APEJE: Lei Provincial n.º 369, de 14 de maio de 1855.

⁶ APEJE: Lei Provincial n.º 598, de 13 de maio de 1864.

⁷ CRL: Relatório com que o Exm. Comendador Dr. Domingos de Souza Leão entregou a administração da província ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Desembargador Anselmo Francisco Peretti. Recife; Typographia do Jornal do Recife, 1864, p. 14.

⁸ CEPE: Decreto-Lei n.º 1.448, de 3 de setembro de 1946. *Diário Oficial*, Recife, 4 de setembro de 1946, p. 3722.

para um novo prédio, onde o Curso Normal Oficial passou a funcionar na Escola Sylvio Rabelo. Essa escola ofereceu a formação para professores até o ano de 2020, quando encerrou oficialmente essa modalidade e se transformou em uma Escola de Referência em Ensino Médio (EREM)⁹. Ao longo de uma trajetória de 156 anos, a Escola Normal Oficial serviu de referência e modelo de funcionamento para todas as outras escolas normais do estado.

Considerando a sua importância na História da Educação, poucos estudos abordaram a trajetória da Escola Normal Oficial de Pernambuco. Vasconcelos (1979) apresentou a história dessa instituição e realizou uma análise do declínio das matrículas para a década de 1970. Loureiro (2000) investigou a conexão entre a arquitetura moderna do IEP e os processos educativos. Silva (2005) pesquisou a relação entre a igreja e o Estado, com foco na laicização do ensino público, comparando o currículo da Escola Normal de Pernambuco antes e depois da Constituição de 1891. Peixoto (2006) apresentou a importância dessa instituição para a inclusão das mulheres no magistério. Simões e Figueirôa (2018) abordaram a sua trajetória a partir das práticas pedagógicas, políticas, sociais e transformações econômicas da época. Figueirôa (2012) investigou a prática das atividades físicas na memória de alunas que estudaram nessa escola entre os anos de 1946 e 1955. Nenhuma pesquisa foi desenvolvida para investigar a história das disciplinas na Escola Normal Oficial de Pernambuco.

Entretanto, Mendes Sobrinho (1998) elaborou a trajetória das disciplinas da área de Ciências Naturais nas principais Escolas Normais brasileiras para o período de 1835 a 1997. De maneira geral, o autor verificou que a formação dos professores sempre esteve atrelada às políticas estatais, com currículos e programas elaborados de forma centralizada. Em um estudo mais específico, Santos (2014a) estudou a presença das disciplinas *Higiene*, *História Natural* e *Biologia* na Escola Normal do Distrito Federal entre 1904 e 1946, compreendendo que a *Higiene* esteve em quase todos os programas por conta da finalidade específica de formação de professores primários.

Do século XIX até meados do século XX, a disciplina escolar *História Natural* estava composta por ramos mais descritivos, como a Zoologia, Botânica e Mineralogia, na época considerados os três reinos da natureza. Na década de 1960, a *História Natural* passou a se chamar *Biologia* e incorporou componentes atualizados da ciência de referência, como a Ecologia, a Genética e a Teoria da Evolução (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009). Segundo as autoras, ainda que a configuração dessa nova disciplina escolar apresentasse proximidade com o desenvolvimento das

⁹ CEPE: Decreto n.º 48.811, de 16 de maio de 2020. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 17 de março de 2020, p. 3.

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco Ciências Biológicas, ela deveria ser interpretada de modo que fossem resgatadas as especificidades que o contexto escolar imprimiu nesse processo. Nesse ato de modernização, a inclusão de determinados conhecimentos no currículo escolar não deve ser entendida como uma seleção neutra, pois permitem revelar relações de poder entre os atores sociais que definiram conteúdos como de maior valor para a sociedade (SANTOS, 2014b). Por isso, torna-se importante investigar os padrões de estabilidade e mudança das disciplinas escolares, já que podem resultar de conflitos no interior das comunidades disciplinares e provocar as transformações que não se mantiveram ao longo do tempo (GOODSON, 1997).

O estudo das transformações de um saber que se torna escolar não respeita uma linearidade lógica, mas resulta de uma série de regras que assumem características específicas em cada espaço social e em cada época (SOUZA JÚNIOR; GALVÃO, 2005). Assim, o objetivo deste estudo foi o de investigar a trajetória da disciplina escolar *História Natural/Biologia* na Escola Normal Oficial de Pernambuco, analisando a sua presença, denominação e os seus ramos do conhecimento, de 1864 até 2022.

Percurso Teórico-Methodológico

Esta pesquisa encontra-se situada no campo do Currículo e da História das Disciplinas Escolares, principalmente ancorada nas discussões estabelecidas por Goodson (1995; 1997) e Chervel (1990). Admitindo a perspectiva das teorias críticas, Goodson (1995) compreende o currículo como um objeto cultural e político a partir do qual grupos internos e externos à escola disputam e legitimam ideias e valores.

Segundo Lopes e Macedo (2011), há uma tradição de se compreender o currículo como centrado nas disciplinas escolares, componentes geralmente concebidos como simplificações dos conhecimentos acadêmicos. Entretanto, para Goodson (1997), as disciplinas escolares não são uma simplificação das ciências de referência, mas construções sócio-históricas resultantes de embates e disputas nos processos de seleção de conteúdos, métodos e objetivos de ensino.

Segundo Chervel (1990), a disciplina escolar seria uma combinação de um ensino de exposição, exercícios, práticas de incitação e motivação ao estudo e de um conjunto de testes, provas e exames que a legitimam, permitindo compreender a escola como um espaço de produção de conhecimento. A constituição de uma disciplina também está permeada por momentos de estabilidade e mudança, seja pela reorganização escolar, alteração do público, método de ensino ou reformas de ensino (CHERVEL, 1990). Sobre essa última, uma questão importante refere-se aos seus impactos,

de modo particular, as implicações em mudança de público, de material didático e de organização curricular (PINTO, 2014).

Para compreender os momentos de estabilidade e mudança da disciplina escolar *História Natural/Biologia*, este estudo teve como metodologia a pesquisa documental e historiográfica. Segundo Malheiros (2011), a pesquisa documental tem suas informações extraídas exclusivamente de documentos que não receberam tratamento científico e interpretações sobre eles. Assim, em relação às fontes de pesquisa, foi considerada a noção ampliada de documento, admitindo que qualquer indício de uma época pudesse ser utilizado (LUCHESE, 2014) para nos remeter ao contexto de sua produção (LE GOFF, 2013). O entendimento da produção e do contexto social do documento interferem na sua interpretação (PUNCH, 2021).

Como a história de uma disciplina escolar utiliza diferentes documentos, é possível reconstruir representações e elaborar uma trajetória na qual são apontadas as mudanças (PINTO, 2014). Dessa forma, foram conjuntamente analisados programas de ensino da Escola Normal Oficial de Pernambuco, leis, atas, relatórios governamentais, revistas e notícias em jornais de grande circulação.

Esses documentos estavam disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Arquivo Histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Biblioteca Pública Estadual (BPE), Centro de Educação da UFPE (CE), Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), Conselho Estadual de Educação (CEE), Secretaria Estadual de Educação (SEE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e *Center for Research Libraries* (CRL).

Após o fichamento de toda a documentação e organização cronológica, os fatos foram sintetizados e interpretados, determinando tendências e fazendo inferências (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Cada documento foi analisado a partir da questão da pesquisa com as dimensões do contexto, dos autores, da confiabilidade, da natureza do texto e dos conceitos-chave, conforme sugestão de Cellard (2012).

A estratégia historiográfica permitiu escrever uma narrativa entrecortada por notas e citações a partir dos documentos corretamente identificados com as referências de localização, conferindo sentido e legitimidade à narração (LUCHESE, 2014). Nos resultados, os nomes das disciplinas escolares foram grafados em itálico para se distinguirem do nome da ciência de referência.

A disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco

Do início sem História Natural ao Positivismo no final do século XIX (1864-1900)

Fundada em 1864, a Escola Normal Oficial apresentava um conjunto de cadeiras¹⁰ que deveriam ser cursadas em dois anos¹¹ e que, de certa forma, correspondiam aos temas a serem trabalhados na instrução primária. Durante os primeiros anos de funcionamento, não havia disciplinas relacionadas à História Natural. Na área pedagógica, apresentava apenas os “métodos conhecidos de ensino primário”. Segundo Saviani (2009), nessa época, as Escolas Normais se preocupavam mais com o domínio dos conhecimentos a serem ensinados nas escolas de primeiras letras do que com a formação didático-pedagógica.

Em 1868, um novo regulamento aumentou a duração do curso para três anos e, pela primeira vez, adicionou matérias na área de Ciências Naturais, como *Noções gerais de física e química, agricultura e agrimensura*, mas nenhuma relacionada à área de História Natural¹². Como observado por Gonçalves-Filho (2016), o novo currículo desse período aprofundou algumas matérias e dividiu o programa em duas cadeiras por ano de curso.

A partir de 1875, o currículo foi diversificado e incluiu matérias de base científica. O regulamento prescrevia uma cadeira para o 3º ano do curso composta por *História Natural, Noções Gerais de Fisiologia e Medicina Doméstica, Higiene, Primeiros Socorros Médicos e Vacinação*¹³. A criação de uma cadeira associada aos aspectos médicos foi a maior novidade dessa organização (GONÇALVES-FILHO, 2016), principalmente a inclusão de temas relacionados à Higiene. Embora não houvesse um nome para a cadeira, essa foi a primeira vez que conhecimentos da área de História Natural foram indicados para compor o currículo da Escola Normal.

Em 1879, a organização do curso foi modificada e incluiu uma cadeira denominada de *Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Higiene e Agricultura*¹⁴. Os conhecimentos relacionados

¹⁰ No período Imperial, o termo “cadeira” era uma expressão articulada às práticas escolares. A cadeira se configurava como o regime de contrato dos professores ou o conjunto de temas que o docente tinha a responsabilidade de ensinar (WERLE, 2008). Muitas vezes, o professor era contratado para uma cadeira (1ª cadeira, por exemplo) que incluía um conjunto de matérias ou disciplinas escolares. Neste estudo, os documentos analisados se referiam à *História Natural/Biologia* como uma cadeira, disciplina ou matéria.

¹¹ FBN: Regulamento interno da Escola Normal. *Diário de Pernambuco*, 19 de novembro de 1864, p. 1.

¹² APEJE: Regulamento da Escola Normal. Pernambuco: Pern. - Typ. de M. F. de F. & Filhos, 1868, p. 1-3.

¹³ APEJE: Reorganização do Ensino Público em Pernambuco. Recife: Typ. de M. Figueirôa de F. & Filhos, 1874.

¹⁴ APEJE: Regulamento da Escola Normal de Pernambuco, 1879, p. 1-2.

às Ciências Naturais tratavam de *Noções Gerais de Botânica e Zoologia, Agricultura*¹⁵ (2º ano) e *Noções de Geologia, Agricultura e Higiene* (3º ano) e apresentados de maneira muito elementar.

Em 1887, o curso foi ampliado para quatro anos e estabeleceu uma cadeira de *Ciências Naturais*. Os conhecimentos estavam distribuídos em: *Noções Gerais de Geologia e Mineralogia com espécimes à vista e Princípios de Agricultura* (2º ano); *Noções Gerais de Botânica e Zoologia* (3º ano); *Noções Gerais de Fisiologia Humana e Higiene* (4º ano)¹⁶. Nesse momento, houve um aumento dos conteúdos da área de História Natural na trajetória do curso. Porém, mesmo com esse incremento, havia um predomínio de aulas teóricas e um comprometimento da parte prática, pois faltava material apropriado para as demonstrações das lições do curso¹⁷.

Em 1893, a Escola Normal Oficial passou a funcionar no mesmo prédio do Ginásio Pernambucano, localizado na Rua da Aurora, no momento denominado Instituto Benjamin Constant¹⁸. Nessa organização, havia uma cadeira de *Plantas e animais: estudo concreto* (1º ano); *Minerais: estudo concreto. Noções de Física* (2º ano); *Instituição da Biologia. Revisão de anatomia vegetal e animal. Fisiologia vegetal e animal. Noções de Higiene* (4º ano). De forma evidente, nas últimas reformas, as disciplinas científicas ganharam mais espaço no currículo. Esse fato reforça o argumento de Mendes Sobrinho (1998) quando afirmou que, no Brasil, no final do século XIX, a Escola Normal se transformou em um ambiente de acentuadas discussões de ideias científicas.

Após a Proclamação da República, houve uma forte influência do Positivismo¹⁹ na Escola Secundária Brasileira, com a participação da *Física* e da *Química* com seus métodos de observação e experimentação dando suporte à *Biologia* (LORENZ, 2008). A concepção positivista tinha como base

¹⁵ BPE: Instrução Pública. Relatório apresentado ao Presidente de Pernambuco por João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1879, p. 251-254. Segundo esse relatório, os conteúdos de *Agricultura* para o 2º ano são: “princípios elementares, conhecimento do solo, noções de química agrícola, culturas principais do país”; para o 3º ano: “desenvolvimento e continuação da matéria do 2º ano”. Na organização do Curso Normal, embora associada à área de Ciências Físicas e Naturais, a *Agricultura* não era um estudo descritivo das plantas, mas uma abordagem sobre às práticas de cultivo. Dessa forma, a *Agricultura* não pode ser considerada como um ramo do conhecimento da disciplina escolar *História Natural*.

¹⁶ APEJE: Regulamento da Escola Normal de Pernambuco expedido em 27 de dezembro de 1887 pelo Exm. Sr. Presidente da Província Manoel Eufrazio Correia. Recife: Typ. De Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1887, p. 3-4.

¹⁷ BPE: Instrução Pública: relatório apresentado ao Presidente de Província Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior em 30 de janeiro de 1886 pelo Inspetor Geral João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Farias & Filhos, 1886, p. 51.

¹⁸ APEJE: Regulamento Orgânico do Instituto Benjamin Constant creado pelo Ex. Governador do Estado Dr. Alexandre José Barbosa Lima por Decreto de 16 de janeiro de 1893. Recife: Typ. De Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1893, p. 3-4.

¹⁹ A filosofia positivista foi proposta no século XIX pelo francês Auguste Comte (1798-1857), que renunciava a pesquisa de temas especulativos e defendia a investigação científica das leis naturais e sociais, ou seja, um conhecimento denominado positivo (SAMANIEGO, 1994).

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco idealizadora a concepção de progresso, a modernização dos povos e a evolução da humanidade pelas ciências (OLIVEIRA, 2014).

Em Pernambuco, entre os responsáveis pela instrução pública, havia um ufanismo que via na educação científica um meio de desenvolver um padrão civilizado semelhante ao das nações modernas (PERES, 2006). Nas Escolas Normais, as alterações nos regulamentos por influência do Positivismo culminaram com a implantação de disciplinas científicas em seus currículos, ajudando a desmistificar a limitada ideia de que a formação dos professores deveria restringir-se apenas aos conhecimentos ensinados na escola primária e na qual não eram estudados conteúdos científicos (MENDES SOBRINHO, 2014).

Em Pernambuco, esse ambiente se refletiu no próprio Regulamento Orgânico do Instituto Benjamin Constant, no qual havia a determinação para que o governo providenciasse a aquisição do material necessário para um Gabinete de Física, Laboratório de Química e Museu de Zoologia, Botânica e Mineralogia, além de um local para a instalação de um Horto Botânico²⁰, o que influenciou fortemente a prática pedagógica na área de Ciências Naturais da Escola Normal.

Em 1895, os alunos da Escola Normal estudavam com os professores do Instituto Benjamin Constant, assistindo aulas no Horto Botânico e no Museu de História Natural, com provas práticas, na forma de arguição, sobre a classificação de Zoologia, Botânica e Mineralogia com o auxílio de exemplares²¹. A mudança da Escola Normal para o prédio do Instituto Benjamin Constant estabeleceu um nível mais elevado e organizado para vivenciar os conteúdos científicos na formação dos futuros professores, quando comparada a estrutura escolar e as disciplinas de 1879, por exemplo.

Assim, no final do século XIX, o ensino na Escola Normal Oficial de Pernambuco estava pautado em uma sólida formação científica dos futuros professores, com aulas teóricas e práticas de *História Natural* e refletindo o pensamento positivista da época.

O ápice da História Natural e a ascensão da Higiene (1900-1950)

No início do século XX, embora os conteúdos da área de História Natural estivessem completos no currículo da Escola Normal, eles foram compactados em uma única cadeira do 3º ano do curso denominada *Ciências Naturais*:

²⁰ APEJE: Regulamento Orgânico do Instituto Benjamin Constant creado pelo Ex. Governador do Estado Dr. Alexandre José Barbosa Lima por Decreto de 16 de janeiro de 1893. Recife: Typ. De Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1893, p. 4-5.

²¹ APEJE: Regulamento da Escola Normal expedido com o Decreto de 30 de agosto de 1895. Typ. De Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1895, p. 7.

Estudo elementar da Anatomia e Fisiologia Vegetal e Animal. Taxionomia vegetal e animal à vista dos espécimes. Geologia. Conhecimento de terrenos geológicos. Fósseis e rochas mais importantes. Mineralogia. Noções dos minerais mais comuns à vista dos espécimes. Higiene. Noções Gerais de Higiene da habitação, do vestuário e especialmente de escolas²².

Todo esse conteúdo deveria ser vivenciado em um ano e em uma instituição que agora sofria com a falta de equipamentos, como mapas, globos e museus²³. No ano de 1917, o governador do estado autorizou o reparo e o aumento do material do Gabinete de Física, do Laboratório de Química e do Museu de História Natural do Ginásio Pernambucano, na época, quase todo imprestável pelo uso de mais de 20 anos²⁴, ou seja, ainda funcionando com objetos didáticos adquiridos no final do século XIX. Para resolver a questão, o governo encomendou à loja *Les Fils D'Émile Deyrolle*²⁵, em Paris, globos geográficos, cartas zoológicas e botânicas, pequenos gabinetes de Física e laboratório de Química²⁶.

Nesse mesmo ano, a matriz curricular da Escola Normal foi alterada e os conteúdos da cadeira de *Ciências Naturais* foram reorganizados em dois anos, apresentando conhecimentos de Zoologia, Botânica, Geologia e Higiene, e sugerindo o uso de objetos para aulas demonstrativas²⁷. O programa da cadeira de *Ciências Naturais* de 1919 manteve uma estrutura semelhante ao programa de 1917, mas com os ramos do conhecimento organizados como disciplinas escolares: *Botânica, Zoologia e Geologia* (3ª série)²⁸; *Botânica, Zoologia e Higiene* (4ª série)²⁹. No final dessa década, havia mais tempo pedagógico para vivenciar esses conteúdos quando comparado ao início do século XX.

Em 1920, quando foi inaugurado o novo prédio da Escola Normal, foi estabelecida uma nova estrutura para o curso: Ensino Geral e Especial (três anos) e o Curso de Aplicação (um ano)³⁰ e com

²² APEJE: Regulamento para a Escola Normal, 1901, p. 5.

²³ CRL: Mensagem do Exc. Sr. Dr. Manoel Antônio Pereira Borba lida por ocasião da instalação da 1ª sessão da 9ª Legislatura do Congresso Legislativo do Estado. Recife: Imprensa Oficial, 1916, p. 39.

²⁴ CRL: Mensagem do Exm.º Sr. Dr. Manoel Antonio Pereira Borba lida por ocasião da instalação da 2.ª sessão da 9ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado, aos 6 de março de 1917. Pernambuco: Typ. Da Imprensa Oficial, 1917, p. 43.

²⁵ *Les Fils D'Émile Deyrolle* é uma casa comercial em Paris (França), criada em 1831, e especializada em taxidermia e venda de coleções para o ensino de História Natural, comercializando os seus produtos em diversos países do globo, nos quais pode se encontrar, ainda hoje, em escolas e museus, objetos com a sua marca (ALCÂNTARA, 2023).

²⁶ CRL: Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Manoel Antônio Pereira Borba lida por ocasião da instalação da 2ª sessão da 9ª Legislatura do Congresso Legislativo do Estado. Recife: Imprensa Oficial, 1917, p. 43.

²⁷ APEJE: Regulamento da Escola Normal de Pernambuco, 1917, p. 9-10.

²⁸ APEJE: Programas para o ensino nas cadeiras da terceira série. Pernambuco: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

²⁹ APEJE: Programas para o ensino nas cadeiras da quarta série. Pernambuco: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

³⁰ APEJE: Regulamento da Escola Normal de Pernambuco - Acto N. 624 de 15 de outubro de 1920. Pernambuco: Typ. Do Jornal do Commercio, 1921.

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco os ramos do conhecimento apresentados como disciplinas. A matriz curricular foi compactada e as matérias *Botânica*, *Zoologia* e *Geologia* foram estabelecidas apenas para o 2º ano. A *Higiene* ficou no 3º ano. No regulamento de 1921, havia uma recomendação para que o ensino fosse prático e desenvolvesse a capacidade de observação. Para isso, o novo prédio já possuía uma pequena coleção de História Natural, conforme relatório apresentado pelo seu diretor³¹, permitindo que as aulas fossem à vista de espécimes e manequins, mas precisando de maior tempo escolar para essas atividades.

Em 1923, o Ato n.º 588 ampliou o período de formação, determinando quatro anos para o Curso Normal e um ano para o Curso de Aplicação, e aumentou o tempo escolar para os conteúdos científicos, indicando um processo de valorização dessa área do conhecimento. As disciplinas de *História Natural* e *Higiene* apresentavam um programa extenso e deveriam ser vivenciadas em todos os anos do Curso Normal³². Esse conteúdo programático foi repetido no novo regulamento de 1926³³, fortalecendo a importância dos conhecimentos das disciplinas de *História Natural* e *Higiene*.

A *Higiene*, que foi incluída no currículo da Escola Normal em 1875, foi mais valorizada a partir da gestão do Governador Sérgio Loreto³⁴ (1923-1926). Nesse período, houve a indicação do médico e professor Ulysses Pernambucano³⁵ para assumir a direção da Escola Normal em 1923, realizando uma ampla reforma e incentivando os hábitos de higiene e saúde, como o de lavar as mãos e de não compartilhar o copo para beber água (SELLARO, 2009). Houve a contratação do médico Fernando Simões Barbosa³⁶ para ser o professor de *Higiene* da Escola Normal em 1923, responsabilizando-se pela organização do programa da disciplina e de toda a sua parte prática. Para o Departamento de Saúde e Assistência, foi contratado o médico e professor Valdemar de Oliveira³⁷ para realizar diversas

³¹ BPE: O Ensino Normal em Pernambuco, 1923 a 1926. Recife, 1926.

³² APEJE: Regulamento da Escola Normal de Pernambuco - Acto N. 588 de 18 de outubro de 1923. Recife: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1923, p. 8-17.

³³ APEJE: Regulamento da Escola Normal de Pernambuco - Acto N. 809 de 4 de junho de 1926.

³⁴ Sérgio Loreto (1870-1937) foi o Governador do Estado de Pernambuco entre 1922 e 1926. Durante a sua gestão, destacaram-se as ações dirigidas para a higiene e a saúde pública, confiadas a seu genro, o jovem médico Amaury de Medeiros.

³⁵ Ulysses Pernambucano de Melo (1888-1937) foi um médico que trabalhou como professor na Faculdade de Medicina do Recife, no Ginásio Pernambucano e na Escola Normal Oficial. Ainda foi Diretor de Assistência aos Psicopatas da Tamarineira, do Ginásio Pernambucano e da Escola Normal Oficial de Pernambuco. Durante o Governo de Sérgio Loreto (1922-1926), realizou uma importante reforma do ensino em Pernambuco (CAVALCANTI, 1986).

³⁶ Fernando Simões Barbosa (1881-1959) foi médico e professor de *Higiene* da Faculdade de Medicina do Recife (1920) e da Escola Normal Oficial de Pernambuco. Exerceu o cargo de Diretor do Hospital Centenário, Diretor do Instituto Vacinogênico e Diretor do Laboratório de Bacteriologia da Diretoria de Saúde Pública de Pernambuco.

³⁷ Valdemar de Oliveira (1900-1977) se formou na Faculdade de Ciências Médicas da Bahia (1923) e depois na Faculdade de Direito do Recife (1929). Dedicou-se ao magistério, ensinando em diversas escolas, como o Ginásio Pernambucano, no Curso Complementar, e na Escola Normal Oficial, nas disciplinas de *Ciências Físicas e Naturais* e *História Natural* (1935 e 1952). Também ensinou na Faculdade de Medicina do Recife e na Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Entre 1928 e 1975, escreveu e publicou diversos livros didáticos de *Ciências Naturais*, *História Natural* e *Higiene*.

ações de cunho sanitarista, além de publicar o livro *Pontos de Higiene*³⁸ em 1928, uma edição destinada para as alunas da Escola Normal e prefaciada por Fernando Simões Barbosa, que na época já ocupava o cargo de professor de *Higiene* na Faculdade de Medicina do Recife.

Como observado, os médicos estavam envolvidos na condução da higiene nos espaços públicos e educacionais. Segundo Peres (2006), nessa época, o discurso higienista ganhou materialidade a partir dos dirigentes que participavam das instituições de ensino, como docentes da Faculdade de Direito, Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial. Segundo Bezerra (2010), a higiene escolar foi extraordinariamente privilegiada nesse período.

Havia uma rede de sociabilidade que influenciava diretamente a trajetória da disciplina *Higiene* na Escola Normal. Essa afirmação foi corroborada quando observadas as ações realizadas por Aníbal Bruno³⁹ no comando da Diretoria Técnica de Educação (1931-1937), valorizando as questões higienistas com a organização do ensino de Educação Física nas práticas escolares e criando um serviço de acompanhamento médico por meio de fichas antropométricas dos alunos (SELLARO, 2009), função assumida por Valdemar de Oliveira⁴⁰.

Segundo Goodson (1997), é importante compreender os valores e os interesses de determinados grupos sociais envolvidos na elaboração e circulação de ideias relacionadas ao currículo escolar. Nessa época, em Pernambuco, a classe médica e o Estado entendiam que por meio da educação das crianças nas escolas chegaríamos à educação para a higiene das famílias, e que ninguém melhor que as professoras para cuidar dos alunos e de suas famílias, em uma clara influência do movimento higienista que se expandiu no Brasil durante os anos de 1920 e 1930 (PESSOA, 2023).

A valorização da *História Natural* e *Higiene* ficou ainda mais evidente quando observado o regulamento da Educação Normal de Pernambuco de 1929. O curso foi dividido em Ciclo Geral (três anos) e Ciclo Profissional (dois anos). A *História Natural* estaria presente ao longo de todo o Ciclo Geral, com *Botânica* e *Noções de Geologia* (1º ano); *Zoologia* (2º ano); *Anatomia e Fisiologia Humanas* (3º ano). Para o Ciclo Profissional, *Higiene*, *Higiene infantil* e *Puericultura* (1º ano);

³⁸ Em 1933, o livro *Pontos de Higiene* ganhou a sua 2ª edição e continuou com a mesma proposta, ou seja, um livro para atender os conteúdos escolares para as normalistas, mas com acréscimos para considerar também o programa oficial. A 9ª e última versão de *Higiene e Puericultura* foi publicada em 1975.

³⁹ Aníbal Bruno (1889-1976) se formou em Medicina e Direito, mas se dedicou a carreira docente ensinando nas principais instituições do Recife. Foi Professor na Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Medicina do Recife, Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, entre outras escolas.

⁴⁰ FUNDAJ: WO DPp3 cap 4 doc 22 a10g2.

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco *Higiene escolar* (2º ano)⁴¹. Além de destacar as disciplinas científicas no novo regulamento, a grande novidade estaria na disciplina de *Anatomia e Fisiologia Humanas*.

A inserção dessa matéria foi uma proposta de Antônio Carneiro Leão⁴², na época convidado pelo governador para reformar o ensino de Pernambuco, o que aconteceu por meio do Ato n.º 1.239, de 27 de dezembro de 1928⁴³. Pautada no movimento da Escola Nova (ARAÚJO, 2002), essa reforma deveria reorganizar todos os níveis do ensino. Entretanto, houve um maior investimento na organização da Escola Normal Oficial, pois era considerada o modelo para a formação de professores (MEUCCI, 2007). Na exposição de motivos para a reforma, Carneiro Leão justificou a presença da nova disciplina como um suporte para a *Psicologia* e a *Pedagogia*, além de auxiliar na definição das profissões⁴⁴.

Nesse contexto de mudanças, a disciplina *Anatomia e Fisiologia Humanas* foi incluída no regulamento de 1930⁴⁵ para o 3º ano do Curso Geral e foi providenciada a contratação de um professor⁴⁶. Como supostamente abordava elementos de educação sexual, provocando um verdadeiro escândalo na conservadora sociedade pernambucana, (CAVALCANTI, 1986; ARAÚJO, 2009; SELLARO, 2009), a disciplina foi extinta⁴⁷.

Nessa época, a disciplina de *História Natural* apresentava um extenso conteúdo concentrado no 3º ano do curso por meio de lições de *Botânica*, *Zoologia* e *Geologia*, e sugeria uma estratégia de ensino expositivo que incluía aulas práticas demonstrativas⁴⁸. A disciplina de *Higiene* foi dividida em *Higiene Geral* (3º ano) e *Higiene e Puericultura* (4º ano) e indicava uma metodologia de ensino utilizando álbuns, coleções de quadros murais e projeções luminosas⁴⁹.

⁴¹ APEJE: Regulamento da Educação Normal de Pernambuco e Cursos Anexos. Acto N.º 238 do Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado de 8 de fevereiro de 1929. Recife, 1929.

⁴² Antônio Carneiro Leão (1887-1960) se dedicou à Educação e ao movimento da Escola Nova. Exerceu o cargo de Diretor Geral da Instrução no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, foi Secretário de Justiça, Educação e Interior, sugerindo e iniciando, em 1928, uma grande reforma do ensino pautada nos ideais da Escola Nova (CAVALCANTI, 1986).

⁴³ APEJE: Organização da Educação no Estado de Pernambuco. Acto n. 1239 do Exmo. Sr. Governador do Estado de 27 de dezembro de 1928. Recife: Imp. Oficial, 1929.

⁴⁴ APEJE: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário da Justiça, em dezembro de 1928, pelo Dr. Antônio Carneiro Leão. Recife, 1928, p. 78.

⁴⁵ APEJE: Regulamento da Educação Normal. Acto n. 173, de 26 de fevereiro de 1930, do Sr. Governador do Estado. Recife: Imprensa Oficial, 1930.

⁴⁶ APEJE: Diretoria da Educação Normal, Ofício n. 18, de 4 de fevereiro de 1929.

⁴⁷ APEJE: Diretoria da Educação Normal, Ofício n. 418, de 14 de abril de 1931.

⁴⁸ APEJE: Diretoria da Educação Normal. Escola Normal de Pernambuco. Programa de História Natural (3º ano do Curso Geral). Recife: Imprensa Oficial, 1931.

⁴⁹ APEJE: Diretoria da Educação Normal. Escola Normal de Pernambuco. Programa de Higiene (3º e 4º anos do Curso Geral). Recife: Imprensa Oficial, 1931.

Em 1932, houve uma separação da *História Natural* em Curso Teórico (*Biologia Geral e Anatomia e Fisiologia Humanas; Zoologia; Botânica; Mineralogia; Geologia*) e Curso Prático (*Experimentação em animais; Experimentos em vegetais; Experimentos em minerais*). Vale destacar que os conteúdos de *Anatomia e Fisiologia Humanas*, agora como um componente da disciplina *História Natural*, não tratavam sobre os aspectos da reprodução humana, o que não causou estranheza considerando a aversão da sociedade local à disciplina em 1930, como relatado anteriormente. Na parte metodológica, havia a sugestão de atividades de observação de modelos didáticos e figuras projetadas, resolução de problemas, aulas de campo e anotações acompanhadas de desenhos⁵⁰.

Esses conteúdos e metodologias deveriam dar suporte ao planejamento das aulas de Ciências Naturais das futuras professoras, que trabalhariam com um ensino pautado nos Centros de Interesse de Decroly⁵¹. Essa confluência de conteúdos e métodos no ensino de Ciências Naturais foi observada em Pernambuco, no final da década de 1920 e início de 1930, em revistas que divulgavam temas relacionados à Educação por meio do método decrolyano. A revista *A "Pinto Junior"* publicou um plano de aula sobre a circulação sanguínea com a utilização de modelos anatômicos⁵². No número seguinte, apresentou planos de aula sobre répteis e outro sobre as raízes, ambos pautado explicitamente no método Decroly⁵³. A revista *A Nova Educação* apresentou um artigo sobre *As Ciências Naturais e os novos processos de ensino*, destacando a importância da observação como uma forma de aprendizagem⁵⁴. Na mesma revista, ainda havia um artigo sobre o Método Decroly, um plano de aula de Botânica para ensinar sobre o caule e outra proposta para trabalhar as frutas. Essa influência da Escola Nova no ensino científico ficou evidente, principalmente no início da década de 1930.

Nesse período, a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931) instituiu um Ensino Secundário dividido em dois ciclos: o Fundamental (cinco anos) e o Complementar (dois anos). O plano de estudos perdeu o caráter humanista e apresentou ênfase nas Ciências Naturais (RIBEIRO, 2017). Nesta circunstância, em 1933, a Escola Normal Oficial de Pernambuco reestruturou o seu currículo e

⁵⁰ APEJE: Diretoria da Educação Normal. Escola Normal de Pernambuco. Programa de História Natural. Recife: Imprensa Oficial, 1932.

⁵¹ Jean Ovide Decroly (1871-1932) foi um médico belga que defendia os Centros de Interesse das crianças na idade escolar, respondendo as inquietações e atendendo as motivações dos alunos. Para o processo de aquisição de conhecimentos, os Centros de Interesse estavam estruturados em três fases: observação, associação e expressão. O pensamento de Decroly se destacou no Brasil durante o movimento implementado pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) (FERNANDES, 2017; BORGES et al., 2023).

⁵² BPE: *A "Pinto Júnior"*. Revista de Educação e Ensino. Anno I, N. 4, p. 30-33, 1929.

⁵³ BPE: *A "Pinto Júnior"*. Revista de Educação e Ensino. Anno I, N. 5, p. 30-35, 1929.

⁵⁴ BPE: *A Nova Educação*. Órgão Oficial da Sociedade Pernambucana de Educação. Anno I, N. 1, p. 13-14, 1931.

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco estabeleceu uma matriz composta por: Curso Secundário (5 anos) + Curso de Professores (2 anos)⁵⁵. Todo os conteúdos da disciplina de *História Natural* do Curso Secundário dessa época estavam alinhados ao currículo definido pelo Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), considerando o Decreto n.º 19.890 de 18 de abril de 1931, e organizados da seguinte forma: *Botânica, Zoologia, Mineralogia e Geologia* (3ª série); *Botânica, Zoologia, Mineralogia, Geologia* (4ª série); *Botânica, Zoologia, Mineralogia, Geologia e História da Terra* (5ª série) (VECHIA; LORENZ, 1998). A disciplina *Higiene e Puericultura* seria ofertada na 1ª série do Curso de Professores.

Conforme observado, o período entre as décadas de 1920 e 1930 marcou fortemente a trajetória da disciplina *História Natural* e *Higiene* na Escola Normal Oficial. Elas atingiram o seu ápice, pois havia uma lista extensa de conteúdos associados a métodos de ensino pautados na Escola Nova, além de utilizarem espaços específicos para as aulas práticas, como o museu de Higiene, gabinete de Ciências Físicas e Naturais, sala ambiente para aulas de *História Natural* e um biotério, com aves e mamíferos, conforme registrado no relatório de 1934⁵⁶, fortalecendo, dessa forma, o *status* das disciplinas e de seus docentes.

Em 1945, o programa de *Higiene e Puericultura* voltou a ser dividido nos dois anos do Curso Pedagógico: *Higiene geral* (1º ano); *Higiene escolar e Puericultura* (2º ano)⁵⁷. Elaborado pelo professor e médico Fernando Simões Barbosa, o programa da disciplina era extenso e com a prescrição de um curso prático: *Medicina Doméstica e Puericultura*. Entretanto, no ano seguinte, uma nova lei estabeleceria muitas mudanças na organização do curso.

O Decreto Lei n.º 1.448, de 3 de setembro de 1946, mudou o nome da Escola Normal Oficial de Pernambuco para Instituto de Educação de Pernambuco (IEP) e organizou o Curso Normal de segundo ciclo prescrevendo as seguintes disciplinas: *Anatomia e Fisiologia Humanas* (1ª série); *Biologia Educacional e Higiene e Educação Sanitária* (2ª série); *Higiene e Puericultura* (3ª série)⁵⁸. Oficialmente, no Curso Normal, não seriam abordadas as matérias *Botânica, Zoologia e Mineralogia*, mas haveria o retorno da *Anatomia e Fisiologia Humanas* e a inclusão da *Biologia Educacional*, que teria a função de auxiliar o estudo de outras disciplinas, como a *Psicologia* e a *Sociologia*, proporcionando uma larga visão dos fenômenos da vida e da evolução dos seres vivos (PINHEIRO, 1993). Essa disciplina foi criada no currículo das Escolas Normais justificada a partir da sua utilidade para a prática profissional docente (VIVIANI, 2005).

⁵⁵ APEJE: Regulamento da Escola Normal. Decreto N. 189, de 11 de maio de 1933. Recife: Imprensa Oficial, 1933.

⁵⁶ APEJE: Diretoria da Escola Normal de Pernambuco. Recife, 27 de setembro de 1934, p. 1-10.

⁵⁷ APEJE: Escola Normal Oficial. Programa de Higiene e Puericultura. Recife: Imprensa Oficial, 1945.

⁵⁸ CEPE: Decreto-Lei n.º 1.448, de 3 de setembro de 1946. Recife: *Diário Oficial*, 4 de setembro de 1946, p. 3722.

Nos cursos de formação de professores, a *Biologia Educacional* se modificou ao longo das décadas, apresentando inicialmente um programa relacionado à origem da vida, evolução dos seres vivos e genética, passando depois a incorporar temas como eugenia, crescimento físico, sistema nervoso, sistema endócrino, higiene geral e escolar (PINHEIRO, 1993). Paralelamente, essa disciplina auxiliou na construção dos discursos dos educadores atrelados às ideias higienistas do momento (HORA, 2007).

O regulamento do Ensino Normal de 1952 incluiu a *Biologia Geral* na 1ª série juntamente com a *Anatomia e Fisiologia Humanas*. Essa inclusão foi um avanço, pois a *História Natural* havia perdido espaço na reforma de 1946. Mesmo apresentando sobreposição de seus conteúdos, a *Biologia Educacional*, a *Higiene e Educação Sanitária* (2ª série) e a *Higiene e Puericultura* (3ª série)⁵⁹ foram mantidas na matriz do curso. No currículo, essas disciplinas ajudaram a elevar o nível de formação do futuro professor primário.

Abreviação da disciplina escolar Biologia no Ensino Normal (1960-2022)

Entre 1958 e 1962, foi construído em Recife um complexo educacional com quatro novos edifícios para abrigar a nova composição do IEP, situado entre a Avenida Mario Melo e o Parque 13 de Maio (SOUSA; MOREIRA; SOUZA, 2021), com o Ensino Normal Oficial passando a funcionar na Escola Sylvio Rabelo. No novo prédio, o curso teve que se adaptar à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, que alterou a organização da Educação e concedeu aos Estados uma moderada flexibilidade para definir os seus currículos (BRASIL, 1961).

Em 1962, o Conselho Federal de Educação indicou as orientações para a organização dos quadros curriculares do ensino Ginásial e Colegial. Para o Colegial, as variedades admissíveis apresentavam *Ciências Físicas e Biológicas* ou seu desdobramento em *Física, Química e Biologia*⁶⁰. Em Pernambuco, para o Curso Normal, as disciplinas ficaram organizadas da seguinte forma: *Biologia* (1ª série) e *Higiene e Puericultura* (2ª série)⁶¹. Pouco tempo depois, a Resolução do Conselho Estadual de Educação recomendou *Ciências* (1ª série), como disciplina de Cultura Geral, e *Biologia e Higiene aplicadas à Educação* (2ª série), como disciplina de Formação Específica⁶². Para essa última categoria, foi introduzida a *Didática das Ciências*, ajudando a fortalecer uma concepção

⁵⁹ APEJE: Regulamento do Ensino Normal do Estado de Pernambuco. Recife: Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, 1952.

⁶⁰ CEE: Normas para o ensino médio. *Documenta 1*, 1962.

⁶¹ CEE: Resolução n.º 7, de 19 de março de 1964. *Arquivos 2*. Recife: CEE, 1964.

⁶² CEE: Resolução n.º 30, de 12 de novembro de 1964. *Arquivos 4*. Recife: CEE, 1965.

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco tecnicista do currículo. No Brasil, essa perspectiva foi implementada na estrutura do curso a partir do treinamento de professoras da Escola Normal no campo das metodologias de ensino, com destaque para o:

Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), de 1957 a 1965 – resultante de acordo entre o MEC/INEP e a USAID –, cujo objetivo prioritário foi inicialmente a instrução de professores das escolas normais, no âmbito das metodologias de ensino, e com base na psicologia, objetivo esse que se estendeu também ao campo da supervisão e do currículo, com vistas a atingir ocupantes de postos de liderança, que pudessem ter uma ação multiplicadora de maior abrangência (TANURI, 2000, p. 78).

Em Pernambuco, esse currículo tecnicista foi estabelecido por meio do *I Treinamento de Professores de Ensino Normal do Nordeste*, evento realizado em 1967 no Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), para treinar professoras de Metodologia e Prática de Ensino das Escolas Normais da região. O grupo responsável pelo treinamento era formado por docentes do IEP, ex-bolsistas do PABAE, e com preparação em universidades nos Estados Unidos. Na ocasião, entre outras matérias, as professoras selecionadas receberam o treinamento em Metodologia de Ciências Naturais, estudando o método científico, realizando observações e experimentos, assim como excursões ao Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE) da UFPE⁶³.

Além desse currículo marcado pela perspectiva tecnicista, houve também uma redução dos conteúdos da *Biologia*, iniciando um período de acentuada descaracterização que o Curso Normal sofreria decorrente da legislação implementada no início da década de 1970⁶⁴.

A partir de 1973, o Curso de Magistério da Escola Sylvio Rabelo, no IEP, passou a oferecer uma Educação Geral e uma Formação Especial aos níveis de 1º e 2º graus. De acordo com o *Projeto de Reforma do Instituto de Educação de Pernambuco*⁶⁵, o aluno deveria cursar *Ciências Físicas e Biológicas* (1º ano da Educação Geral) e *Programas de Saúde* (1º ano da Formação Especial)⁶⁶, que substituiu a *Higiene e Puericultura* no currículo.

⁶³ INEP: Relatório do I Treinamento de Professores de Ensino Normal do Nordeste. Recife: SUDENE/ INEP/ CRPE, 1967.

⁶⁴ Durante o período da Ditadura Militar, a Lei 5.692/71 tornou compulsória a formação para o trabalho e estabeleceu dezenas de habilitações profissionais para os cursos de segundo grau (BRASIL, 1971). Nesse contexto, o Curso Normal se tornou uma Habilitação Específica para o Magistério de 1ª à 4ª série, com uma formação docente descaracterizada e apresentando uma dicotomia entre teoria e prática (TANURI, 2000).

⁶⁵ FUNDAJ: PERNAMBUCO: *Projeto de Reforma do Instituto de Educação de Pernambuco*. Recife, 1973.

⁶⁶ A LDB de 1971, em seu artigo 7º, já havia definido a obrigatoriedade da inclusão de *Programas de Saúde* nos currículos nos estabelecimentos de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971).

Conforme o Parecer CFE n.º 2.264/74, os temas dos programas de saúde deveriam ser tratados nas disciplinas do currículo de 2º grau dos Cursos de Habilitação ao Magistério, entre outros cursos de licenciatura⁶⁷. Em Pernambuco, *Programas de Saúde* foi incluída inicialmente como uma disciplina escolar e, no final da década de 1970, foi organizada de maneira multidisciplinar como *Biologia e Programas de Saúde* (1ª série da Educação Geral).

Considerando ainda mais as questões da saúde na escola, em 1977, houve o retorno da disciplina *Biologia Educacional* na matriz do curso (2ª série na Formação Especial Profissionalizante)⁶⁸. A proposta curricular da Secretaria de Educação e Cultura apresentou uma justificativa para a presença da *Biologia Educacional*, afirmando a possibilidade de se estudar as causas biológicas que determinavam o desenvolvimento e o comportamento humano, incorporando conhecimentos sobre reprodução humana, genética, nutrição e doenças infectocontagiosas⁶⁹. Assim, em 1978, o curso tinha *Biologia e Programas de Saúde*, como disciplina da Educação Geral, e *Biologia Educacional*, na Formação Especial Profissionalizante.

A Resolução n.º 6/86 do Conselho Federal de Educação estabeleceu um Núcleo Comum para as escolas de 1º e 2º Graus e exigiu a oferta de *Biologia e Programas de Saúde*, entre outras disciplinas⁷⁰. Nesse momento, a *Biologia Educacional* foi excluída da matriz do curso, reforçando o declínio da disciplina *Biologia* no Curso de Magistério, concretizando de vez a sua presença apenas como um componente curricular da base comum. Em 1992, havia apenas a prescrição de *Biologia e Programas de Saúde* (1º e 2º ano)⁷¹. Entretanto, esse cenário seria alterado no final dessa década.

Com a LDB de 1996 exigindo o curso superior para quem estivesse exercendo a docência de 1ª à 4ª série (BRASIL, 1996), o governo de Pernambuco criou o Programa Especial de Graduação em Pedagogia (PROGRAPE) para favorecer os professores com formação em nível médio. Mesmo com essa alternativa, o Curso de Magistério continuou sendo oferecido pela Secretaria Estadual de Educação, agora sob a denominação de Curso Normal em Nível Médio ou, simplesmente, Normal Médio.

⁶⁷ CEE: Parecer n.º 2.264/74 de 6 de agosto de 1974. *Documenta*, n. 165, p. 63-81, 1974.

⁶⁸ SEE: PERNAMBUCO. *Habilitações Setor Terciário: Técnicos de Nível Médio*. Recife: SEC, 1977.

⁶⁹ CE: PERNAMBUCO. *Proposta Curricular Ensino de 2º Grau Formação Especial: Habilitação para o Magistério de 1ª à 4ª Série*. Recife: SEC, 1978.

⁷⁰ BRASIL. Resolução do CFE n.º 6/86, de 26 de novembro de 1986. Reformula o núcleo comum para o ensino de 1º e 2º graus (https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/resolucao_61986_reformula_o_nucleo_comum_para_os_curriculos.pdf).

⁷¹ SEE: PERNAMBUCO. *Coleção Carlos Maciel: subsídios para a organização prática pedagógica nas escolas*. Recife: SEE, 1992.

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco

Nessa época, na esteira das mudanças, a disciplina *Programas de Saúde* foi naturalmente extinta, pois as questões relacionadas à saúde deveriam ser trabalhadas nas escolas como um tema transversal. A *Biologia*, por conta das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 1998, passou a integrar na matriz escolar uma área do conhecimento denominada Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

Em 2002, para o Curso Normal em Nível Médio, a Secretaria Estadual de Educação estabeleceu oficialmente a *Biologia* como parte de uma área denominada Ciências da Natureza e Matemática⁷². A *Biologia* foi caracterizada como uma disciplina abrangente e pouco específica, dificultando a organização das unidades de ensino. Essa forma encurtada e superficial de vivenciar a disciplina escolar impossibilitaria a construção de qualquer pensamento crítico ou chance de estabelecer reflexões a respeito dos impactos da Ciência sobre a sociedade, embora houvesse na ementa uma intenção de propor esse debate.

Em 2006, a Secretaria Estadual de Educação definiu uma matriz curricular com quatro anos e com a *Biologia* distribuída no 1º e 2º ano⁷³. A Instrução Normativa n.º 01/2012 manteve a *Biologia* como um componente da Base Nacional Comum incorporada à área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, com duas aulas semanais no 1º e 2º ano e uma aula no 3º ano⁷⁴.

Em 2020, a Secretaria Estadual de Educação não ofereceu matrícula para o Curso Normal Médio na Escola Sylvio Rabelo, encerrando discretamente a sua história no processo de formação de professores primários⁷⁵. Para as outras escolas que ainda ofereciam o Curso Normal Médio, em 2022, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco estabeleceu uma matriz com a *Biologia* distribuída nas três primeiras séries da Formação Geral Básica: 1º ano (2 aulas), 2º ano (1 aula) e 3º ano (1 aula), com a mesma organização do Novo Ensino Médio.

Dessa forma, comparando a atual situação com a organização estabelecida em décadas passadas, é possível afirmar que houve uma perda de espaço e *status* da disciplina escolar *Biologia* durante a sua trajetória no Curso Normal em Pernambuco.

⁷² SEE: PERNAMBUCO. *Subsídios para a elaboração da matriz de competências por áreas de conhecimento*. Recife: SEC, 2002.

⁷³ SEE: *Curso Normal Médio: Princípios e concepções para formação de docentes - Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental do Estado de Pernambuco*. Recife: SEE, 2006.

⁷⁴ CEPE: Instrução Normativa n.º 01/2012. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 28 de fevereiro de 2012, p. 8-11.

⁷⁵ CEPE: Decreto n.º 48.811, de 16 de maio de 2020. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 17 de março de 2020, p. 3.

Considerações finais

Os conhecimentos da área de História Natural foram incorporados ao currículo da Escola Normal Oficial de Pernambuco em 1875, onze anos depois da sua fundação, organizados em cadeiras e associados a conteúdos de outras áreas.

Após a Proclamação da República, por influência do Positivismo, a *História Natural* foi valorizada como disciplina e os espaços para as aulas práticas foram instalados, como um museu com coleções de Zoologia, Botânica e Mineralogia e o Horto Botânico.

No início do século XX, as elites condutoras formadas por médicos professores elaboraram os extensos programas oficiais e determinaram como deveria se ensinar. Os conteúdos de *História Natural* foram ampliados e apresentados a partir de excessivas lições de Botânica, Zoologia e Geologia, e houve a preocupação com os métodos de ensino por influência da Escola Nova, sugerindo atividades de observação de modelos didáticos, resolução de problemas e aulas de campo. A disciplina atingiu o seu ápice na década de 1930 e ofereceu uma base científica sólida para a compreensão de temas relacionados à *Psicologia* e à *Sociologia*. Essas matérias foram auxiliadas pela *Biologia Educacional*, disciplina incluída na década de 1940 com a justificativa de ajudar a prática profissional docente. Apresentava, entre outros assuntos, temas sobre Eugenia e Higiene Escolar, aspecto que colaborou com a construção dos discursos higienistas da época.

Na década de 1960, a Escola Normal assumiu um currículo com características tecnicistas, e a disciplina *História Natural*, agora denominada *Biologia* (e associada com a *Higiene*), perdeu espaço na nova matriz. Nesse percurso, a *Higiene* foi substituída por *Programas de Saúde*, excluindo e atualizando conteúdos. Após permanecer décadas ocupando um espaço de prestígio no currículo do Curso Normal, a disciplina escolar *Biologia* iniciou um significativo processo de abreviação.

Na década de 1990, a disciplina *Programas de Saúde* foi extinta e os seus temas foram paulatinamente incorporados à *Biologia*. Nesse período, a *Biologia* passou a fazer parte de uma área do conhecimento denominada Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, assumindo finalidades propedêuticas.

De forma geral, ao longo de sua trajetória, a disciplina *História Natural/Biologia* no currículo da Escola Normal Oficial de Pernambuco foi inicialmente vivenciada a partir de conhecimentos científicos abrigados em nomes genéricos, como cadeira ou matéria. No final do século XIX, foi inserida na cadeira de *Elementos de Ciências Físicas e Naturais, Higiene e Agricultura* e, posteriormente, *Ciências Naturais*. Ao longo do século XX, os seus conteúdos foram incluídos em

A trajetória da disciplina História Natural/Biologia na Escola Normal Oficial de Pernambuco disciplinas denominadas *História Natural*, *Biologia Educacional*, *Biologia Geral*, *Ciências Físicas e Biológicas* e *Biologia*. De forma complementar, em determinadas épocas, alguns conteúdos foram tratados como disciplinas específicas, tais como *Higiene*, *Anatomia e Fisiologia Humanas* e *Programas de Saúde*.

Assim, a *História Natural/Biologia* esteve presente em praticamente toda a trajetória do Curso Normal de Pernambuco, sofrendo alterações de seus conteúdos e das formas de se ensinar a partir de regulamentos, correntes filosóficas, movimentos de renovação do ensino, reformas da educação e interesses de grupos vinculados à comunidade disciplinar.

A partir das informações organizadas nesta pesquisa, são sugeridas duas possibilidades de estudos futuros para aprofundar a compreensão da trajetória dessa disciplina escolar: 1) analisar a influência do Positivismo no desenvolvimento curricular da Escola Normal Oficial de Pernambuco e verificar os argumentos que valorizaram essa disciplina na passagem do século XIX para o século XX; 2) analisar a influência do movimento da Escola Nova em Pernambuco nas mudanças realizadas no currículo da Escola Normal Oficial de Pernambuco a partir da rede de sociabilidade que se formou em torno da disciplina escolar *História Natural/Biologia*.

Referências

ALCÂNTARA, W. R. Por terras e mares: os nós e os links do lucrativo mercado francês de objetos escolares (Século XIX-XX). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, e268, p. 1-33, 2023.

ARAÚJO, C. **A Escola Nova em Pernambuco**: educação e modernidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

ARAÚJO, C. A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 9, n. 1, p. 119-136, 2009.

BASTOS, M. H. C. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **História da Educação**, v. 1, n.1, p. 115-133, 1997.

BEZERRA, R. **A Higiene escolar em Pernambuco**: espaços de construção e os discursos elaborados. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - USP, São Paulo, 2010.

BORGES, T. D. F. F.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. O.; RIOS, A. V. S. F. Jean Ovide Decroly: os Centros de Interesse e a pedagogia da evolução ativa. **Revista Valore**, v. 8, e-8082, p. 1-17, 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro, Diário Oficial, 1931.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Diário Oficial, 1961.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, 1971.

BRASIL. **Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Diário Oficial da União, 1996.

CAVALCANTI, Z. M. **DEC: a biografia de uma instituição cinquentenária.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1986.

CELLARD, A. A análise documental. In J. POUPART; J. P. DESLAURIERS; L. H. GROULX; A, LAPERRIÈRE; R. MAYER; A. PIRES (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2012, p. 295-316.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

FERNANDES, J. C. B. Caderno de prática (1958): os Centros de Interesse. In: XV Seminário Temático Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990. **Anais...** Pelotas (RS): Universidade Federal de Pelotas, 2017.

FIGUEIRÔA, A. P. R. **O Instituto de Educação de Pernambuco na sua primeira década (1946 a 1955): em cena, as práticas das atividades físicas na memória das Normalistas.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - CE/ UFPE, Recife, 2012.

FUSARI, J. C.; CORTESE, M. P. Formação de professores a nível de 2º grau. **Cadernos de Pesquisa**, n. 68, p. 70-81, 1989. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1123>

GONÇALVES-FILHO, C. A. P. **Escola de Primeiras Letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História - CFCH/ UFPE, Recife, 2016.

GOODSON, I. F. **Currículo: Teoria e História.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GOODSON, I. F. **A construção social do currículo.** Lisboa: Educa, 1997.

HORA, D. M. História da Disciplina Escolar, História do Currículo e Medicalização da prática escolar. In: G. GOUVÊA; C. BITTENCOURT; G. MARAFON; H. R. MONTEIRO (Orgs.). **Pesquisas em Educação.** Rio de Janeiro: 7letras, 2007, p. 49-58.

LE GOFF, J. **História e memória.** (7a ed.). Campinas (SP): UNICAMP, 2013.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LORENZ, K. M. O Positivismo no ensino de ciências naturais na escola secundária brasileira: 1890-1900. In: 7 Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. **Anais...** Porto, Portugal, 2008.

LOUREIRO, C. **Classe, controle, encontro**: o espaço escolar. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2000.

LUCHESE, T. A. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação [online]**, v. 18, n. 43, p. 145-161, 2014.
<https://www.scielo.br/j/heduc/a/QYXgvgPRTCjP8cs7FZtz8bG/>

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. **Ensino de Biologia**: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

MENDES SOBRINHO, J. A. C. **Ensino de Ciências e formação de professores**: na Escola Normal e no Curso de Magistério. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - CCE/ UFSC, Florianópolis, 1998.

MENDES SOBRINHO, J. A. S. O ensino de Ciências Naturais no currículo da escola normal: trajetória inicial. **Revista Faculdade Santo Agostinho**, v. 11, n. 3, p. 268-286, 2014.

MEUCCI, S. Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na Escola Normal de Pernambuco (1929-1930). **Revista Cronos**, v. 8, n. 2, p. 451-474, 2007.

OLIVEIRA, S. S. **Implantação e organização do curso ginásial no sul do Mato Grosso**: expressões de um projeto de modernização (1917-1942). Tese. (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - CCHS/ UFMGS, Campo Grande, 2014.

PEIXOTO, F. M. **A escola normal oficial de Pernambuco**: a inserção das mulheres. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - CE/ UFPE, Recife, 2006.

PERES, P. C. A. **A emergência da profissão docente no espaço público estatal**: do mestre-escola ao professor público primário em Pernambuco. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História - CFCH/ UFPE, Recife, 2006.

PESSOA, M. S. A. **Aníbal Bruno e a formação das professoras (1930-1937)**: continuidades e descontinuidades do ato n.º 1239. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - CE/ UFPE, Recife, 2023.

PINHEIRO, M. A Biologia Educacional e os Fundamentos da Educação: o caso do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, v. 85, p. 63-69, 1993.

PINTO, N. B. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 125-142, 2014.

PUNCH, K. F. **Introdução à pesquisa social**: abordagens quantitativas e qualitativas. Petrópolis (RJ): Vozes, 2021.

RIBEIRO, F. Instruções metodológicas estatais e direções ao professor nos livros didáticos voltados ao ensino secundário (1930-1960). **Revista História, histórias**, v. 5, n. 10, p. 40-60, 2017.

SAMANIEGO, L. E. Q. O positivismo e as ciências físico-matemáticas no Brasil. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, v. 11, n. 2, p. 105-114, 1994.

SANTOS, M. C. F. A Higiene, a História Natural e a Biologia na educação escolar: considerações sobre os conhecimentos nos programas de ensino da Escola Normal do Distrito Federal (1904-1946). In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas. **Anais...** Rio de Janeiro, p. 1-10, 2014a.

SANTOS, M. C. F. Conhecimento e disciplinas escolares: reflexões sobre a construção social do currículo na educação básica. **Dialogia**, n. 20, p. 75-84, 2014b.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n. 1, p. 1-15, 2009.
<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SELLARO, L. R. A. **Educação e Modernidade em Pernambuco**: inovações no ensino público (1929/1937). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, A. C. A. **O espírito de (in)tolerância na república laica: um olhar na formação da(o)s aluna(o)s-mestres da Escola Normal de Pernambuco (1890-1915)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - CE/ UFPE, Recife, 2005.

SIMÕES, J. L.; FIGUEIRÔA, A. P. R. História e memória do Instituto de Educação de Pernambuco. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, v. 18, n.3, p. 212-226, 2018.

SOUSA, L. M. L. S.; MOREIRA, F. D.; SOUZA, J. S. C. Instituto de Educação de Pernambuco (I.E.P.): desafios atuais e diretrizes para conservação. In: 14º Seminário Docomono Brasil. **Anais...** Belém (PA), 2021.

SOUZA JÚNIOR, M.; GALVÃO, A. M. O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 391-408, 2005.

STAMATTO, M. I. S. Formação docente na província do Rio Grande do Norte: uma profissão sem curso. In: I. A. MENDES; M. I. S. STAMATTO (Orgs.). **Escolas Normais no Brasil**: espaços de (trans)formação docente e produção de saberes profissionais. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020, p. 27-48.

TANURI, L. M. “História da formação de professores”. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p. 61-88, 2000.

VASCONCELOS, I. A. O Ensino Normal em Pernambuco - esboço histórico, problemática atual. **Tópicos Educacionais**, v. 1, n. 1, p. 123-136, 1979.

VEQUIA, A.; LORENZ, K. M. **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VIVIANI, L. M. Formação de professoras e Escolas Normais paulistas: um estudo da disciplina Biologia educacional. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 201-213, 2005.

WERLE, F. O. C. Formação de professores para o ensino de primeiras letras na zona rural. Brasil, final do século XIX. **História da Educação**, v. 12, n. 24, p. 121-153, 2008.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 21/12/2023

Aprovado em: 01/07/2024